

RESENHA

SEGUNDA E TERCEIRA PROVINCIALES DE BLAISE PASCAL
BOOK REVIEW: BLAISE PASCAL'S SECOND AND THIRD PROVINCIAL
LETTERS

PASCAL, Blaise. Les Provinciales. In: _____. *Oeuvres Complètes*. Éditions de Louis Lafuma. Préface d'Henri Gouhier. Paris: Éditions du Seuil, 1963.

Andrei Venturini Martins

Mestrando em Ciências da Religião PUCSP

e-mail: dreivm@ig.com.br

Resumo: Esta resenha tem como objetivo trazer discernimento ao conceito de graça suficiente entre Jesuítas, Jansenistas e Dominicanos e manifestar o motivo da indignação de Pascal quanto a condenação de Antoine Arnauld pela Sorbonne.

Palavras-chave: Arnauld, Poder próximo, Graça suficiente, Tradição da Igreja.

Abstract: The present review intends to achieve a finer understanding of the concept of efficient grace in the theological controversy of Jesuits, Jansenists and Dominicans of the 17th Century as well as to state more precisely the motives of Pascal's indignation towards Antoine Arnauld's condemnation by the Sorbonne over this same issue.

Key words: Arnauld, Proximate power, Efficient Grace; Church Tradition.

As três primeiras *Provinciales*

As três primeiras *Provinciales* têm o objetivo de livrar Antoine Arnauld da condenação da Sorbonne, visto que este sustentava que as cinco proposições não estão presentes no *Augustinus*, obra de Jansenius. Faremos um breve resumo da primeira *Provinciale* para situar o leitor neste primeiro bloco¹ da obra, ou seja, a defesa de Arnauld.

Na **primeira *Provinciale***² Pascal resume a discussão em dois pontos: a questão de fato e a questão de direito. Na **questão de fato**, por causa de uma afirmação considerada temerária por um doutor e teólogo da Sorbonne, Arnauld, que sustenta – em uma carta endereçada ao duque e lorde da França, depois de uma leitura atenta do livro de Jansenius, *o Augustinus* – não ter encontrado as cinco proposições condenadas pelo falecido papa. Na questão de fato não se trata de um quiasmo que pode ser resolvido pela fé, mas era a reivindicação pela objetividade da análise textual. Já a **questão de direito** toca de maneira mais considerável a fé. Ela consiste em analisar outra afirmação que Arnauld sublinha naquela mesma carta: “Que a graça de Deus, sem a qual não se pode nada, faltou a São Pedro em sua queda” (PASCAL, 1963, p. 372). O redator propõe analisar a questão sob a luz dos grandes princípios da graça. A partir deste momento, inicia-se um debate por representantes de diferentes grupos imersos na discussão: os **molinistas**, caracterizados pelos Jesuítas, os **jacobinos** ou Dominicanos, que agora recebem o nome de novos tomistas e os **jansenistas**.

Para marcar a posição sustentada por grupo e manter uma posição de indiferença de alguém que ironicamente tem a curiosidade de saber o significado dos conceitos, Pascal relata seis diálogos. O **primeiro** com M.N.de Navarre, jesuíta que censura Arnauld por não “reconhecer que os justos tenham o poder de cumprir os mandamentos de Deus” (PASCAL, 1963, p. 372) da mesma maneira que os jesuítas, e sustenta que “a graça é dada a todos os homens” (*ibid.*); **no segundo**, encontra-se com o cunhado

¹ Damos o nome de *primeiro bloco* por fazer referência às três primeiras *Provinciales*, cujo objetivo era livrar Arnauld da condenação da Sorbonne.

² A resenha da primeira *Provinciale* foi publicada na Revista *Agnes*, n.3, p. 137-44.

de M.N. de Navarre, um jansenista, que confirma as proposições do Jesuíta. Pascal, mostrando-se ingênuo, declara que a paz na Sorbonne é uma questão de tempo. Volta a conversar com M.N. – **terceiro diálogo** –, declara que é preciso ser teólogo para entender a sutileza do argumento. Confirma que a polêmica na Sorbonne era de saber se o poder está próximo ou não: “este era o ponto” (*ibid.*, p. 373). Desta maneira, M.N. é quem impulsiona o mesmo a ouvir separadamente os discípulos de M. Le Moine, um jesuíta – **quarto diálogo** –, e os discípulos do padre Nicolai, um dominicano – **quinto diálogo**. Neste último, percebe que os Dominicanos só têm em comum com os Jesuítas o nome da palavra *poder próximo* – ter tudo aquilo que é necessário para agir bem –, não o sentido. Para os Dominicanos, além da graça suficiente, é preciso de uma graça eficaz que garanta a ação. No **sexto diálogo**, um discípulo de M. Le Moine, repleto de felicidade, chega à casa dos Dominicanos onde acontecia o debate. Desta maneira, Pascal coloca continuamente seus interlocutores frente a frente e percebe que a concordância no nome não implica concordância de sentido.

Inflamando seus adversários e acusando-os de usar palavras equivocadas, o anônimo locutor é ameaçado de ser expulso, mas antes registra quatro afirmações jansenistas: a graça não é dada a todos os homens; todos os justos têm o poder de cumprir os mandamentos de Deus; eles têm necessidade, para cumprir os mandamentos e para rezar, de uma graça eficaz que determina a sua vontade; que a graça depende da misericórdia de Deus. Portanto, Pascal destaca que o nome *poder próximo* deve ser banido da Sorbonne, pois causa divisões (cf. PASCAL, 1963, p. 375).

Neste breve resumo da primeira *Provinciale* verificamos a preocupação de Pascal com o conceito *poder próximo* que tinha sentidos distintos entre jesuítas e dominicanos. Na **segunda carta Provinciale**, Pascal se empenha em conceder maior clareza ao conceito de *graça suficiente* recorrendo às parábolas. Na **terceira carta**, quando a condenação de Arnauld já tinha acontecido em 31 de janeiro de 1656, Pascal declara que, ao condenar Arnauld, a Sorbonne está condenando toda a tradição. Vejamos a discussão que envolve a segunda e a terceira *Provinciales*.

Segunda *Lettre Provinciale*

Pascal tenta desvelar as obscuras afirmações dos dominicanos, os novos Tomistas, sobre a *graça suficiente*. Inicia tal empreitada entrevistando um jesuíta, M.N, demarcando as fronteiras da posição dos jesuítas e dos jansenistas, e, por último, dos dominicanos: para os primeiros, a *graça suficiente* é dada a todos os homens, esta é submissa ao livre arbítrio que torna a graça eficaz ou ineficaz, sem que falte nada da parte de Deus para que se possa agir; quanto aos jansenistas, não aceitam nenhuma *graça suficiente* que não seja impreterivelmente *eficaz*, ou seja, esta graça determina a vontade para agir, e sem ela o homem não age jamais; já os dominicanos aceitam que Deus concede a todos a *graça suficiente*, mas discordam que os homens possam agir somente com esta graça, de modo que acreditam ser necessário uma graça especial de Deus que os faça agir, no entanto esta não é dada a todos.

A crítica de Pascal se estenderá na sutileza geométrica desta querela, ou seja, jesuítas e dominicanos só estão “de acordo com o som” (PASCAL, 1963a, p. 377). As duas congregações fazem a maioria no uso do termo, porém isto não implica dizer que eles formam um bloco hegemônico quanto ao sentido do termo. Tal quiasmo só poderá ser desfeito esclarecendo-se minuciosamente o erro do mal entendido conceitual. Como as *Provinciales* são uma tentativa de recorrer à opinião pública, Pascal remete o leitor às parábolas. Uma delas diz respeito aos três médicos. O primeiro, representando os Jansenistas, ao encontrar um homem ferido por ladrões, julga tais feridas mortais, sendo que só Deus poderá salvá-lo. O segundo, representando os Jesuítas, ao examinar o ferido, diz que o mesmo tem forças suficientes para chegar à sua casa. O terceiro, representando os dominicanos, tendo considerado as feridas e o diagnóstico dos dois médicos anteriores, abraça o segundo e, juntos, expulsam o primeiro. Mas, orientam o doente, dizendo que o mesmo precisará de um socorro extraordinário de Deus para que sua saúde possa ser estabelecida. O doente, indignado com os termos bizarros do terceiro médico, censura-o por unir-se ao segundo “com o qual só tinha uma conformidade aparente” (*ibid.*), depois chama o primeiro médico, reconhece a fraqueza de sua condição e solicita a Deus as forças necessárias que ele não tem.

Esclarecidos os pontos cegos de cada uma das fronteiras recorrendo à parábola acima, Pascal sublinha o erro metodológico que causa todo este barulho: “Os nomes são inseparáveis das coisas [...]” (PASCAL, 1963a, p. 378). Ao final, ressalta que a graça eficaz é sustentada e defendida por toda a tradição cristã e que a atitude dos Dominicanos é covarde, pois se trata de uma “suficiência política” (*ibid.*), de modo que eles deveriam se afastar da maioria do mundo e servir a “Deus por Deus” (*ibid.*).

Terceira *Lettre Provinciale*

Pascal recebe uma resposta do próprio provincial em função das duas primeiras *Provinciales* que escreve; desta maneira, a terceira *Provinciale* é uma resposta a esta carta. O provincial faz elogios à engenhosidade e perspicaz à maneira de escrever do anônimo autor e suplica para que o mesmo, no caso, Pascal, revele-se para ser ainda mais elogiado. Pascal inicia a carta agradecendo os elogios e destaca que ele não pode aparecer para manter a sua reputação. O principal objetivo desta *Provinciale* é sublinhar que não há diferença entre as afirmações de Arnauld e dos Padres ou Pais³, representantes da tradição da Igreja.

As injustas acusações aos Jansenistas, feitas por seus inimigos, são descritas e Pascal, o escritor anônimo, resolve examinar os livros dos Jansenistas que diziam conter detestáveis erros. Todavia, para Pascal, o que diz Arnauld está nos Padres da Igreja, e se o teólogo da Sorbonne deve ser condenado, isto implica dizer que suas afirmações devem ser totalmente contrárias aos Padres. Pascal compara três afirmações de Arnauld como equivalentes às afirmações dos Padres da Igreja e acusa aqueles que condenam Arnauld de não conceder os motivos para tal procedimento. O problema é assim delineado: se Arnauld é condenado, toda tradição também deverá ser. “Se é contra as palavras dos Padres que se aja desta maneira, onde estão a fé e a tradição?” (PASCAL, 1963b, p. 380). Diante disso, e preocupado com a neutralidade na descrição da

³ “Pais” tem o significado de testemunho autorizado da fé (cf. Knnengiesses, *Job et les Pères apud LEDUC-FAYETTE*, 1996, p. 53).

querela, Pascal recorre a um doutor da Sorbonne que se apresenta neutro frente à questão. Este declara que Arnauld nunca disse nada que não esteja fundamentado na tradição, e como os jansenistas mantêm os molinistas continuamente em xeque, estes esperam por um pequeno detalhe que se escape para condená-los. Os Molinistas, diz o teólogo, “[...] são aqueles que intrigam muito, que falam pouco e que não escrevem nada” (*ibid.*, p. 381). Desta maneira, não se sabe em que consiste a heresia de Arnauld. “Este silêncio é um mistério para os simples; e a censura tirará disto uma vantagem singular, que os mais críticos e os teólogos mais sutis não poderão encontrar nenhuma má fé” (*ibid.*, p. 382). Portanto, aquilo que é heresia na boca de Arnauld, seria católico em outra boca, como aquilo que é católico nos Padres torna-se herege em Arnauld. A conclusão, agora esboçada pelo próprio Pascal, não podia ser outra: “Ele não é herege por aquilo que ele diz ou escreve, mas somente pelo fato de ser o Sr. Arnauld” (*ibid.*). A disputa, destaca Pascal, não é sobre teologia, mas o que está em causa são os teólogos, ou seja, a pessoa dos teólogos acusados não as idéias dos mesmos. Terminando a *Provinciale*, o autor elogia Arnauld como defensor da graça de Cristo, no sentido agostiniano do termo.

Referências:

LEDUC-FAYETTE, Denise. *Pascal et le mystère du mal*. Paris: Clerf, 1996.

PASCAL, Blaise. Lettre écrite a un provincial pour un de ses amis sur le sujet des disputes présentes de la Sorbonne In: _____. *Oeuvres Complètes*. Edição de Louis Lafuma. Paris: Seuil, 1963, p. 371 – 375.

_____. Seconde lettre écrite a un provincial pour un de ses amis In: _____. *Oeuvres Complètes*. Edição de Louis Lafuma. Paris: Seuil, 1963a, p. 375 – 378.

_____. Troisième lettre écrite a un provincial pour servir de réponse a la précédente In: _____. *Oeuvres Complètes*. Edição de Louis Lafuma. Paris: Seuil, 1963b, p. 379 – 382.

_____. Lettre écrite a un provincial pour un de ses amis sur le sujet des disputes présentes de la Sorbonne In: _____. *Oeuvres Complètes*. Edição de Louis Lafuma. Paris: Seuil, 1963, p. 371 – 375. Resenha de: MARTINS, Andrei V. A Primeira

Provincial de Blaise Pascal. *Agnes*, São Paulo, n.3, p. 137-144, 2.sem.2005.

Recebido em fevereiro de 2006

Aprovado em março de 2006